

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petróleo.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Cemig intensifica pressão para manter usinas que governo pretende licitar	2
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	4
Título: Crime sem punição	4
Título: Reestruturação da Vale prevê troca de ações	6

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Petróleo**

Nunca antes na história...

Em junho, pela primeira vez na história, a produção de petróleo do pré-sal superou a do pós-sal no Brasil. De acordo com dados inéditos da ANP, foram 1.352 milhão de barris contra 1.321 milhão.

Destino selado

O destino da encrocada Samarco está selado entre os sócios. A BHP quer vender sua parte. A Vale quer comprar. É um negócio que demora mais uns seis meses para fechar. Mas a decisão está tomada.

Menos hierarquia

Pedro Parente, que nos comunicados internos ao funcionários da Petrobras já se assina "Pedro", resolveu abrandar a hierarquia. Acabou com os elevadores privativos da diretoria nas sedes da Petrobras no Rio de Janeiro. Mandou para o espaço também as vagas privativas na garagem. E está dando fim nas salas especiais para diretores e gerentes. Ainda acaba sendo chamado de comunista...

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Cemig intensifica pressão para manter usinas que governo pretende licitar**

À medida que se aproxima o dia 22 de setembro, data prevista para o leilão das usinas de São Simão, Jaguará e Miranda, a Cemig procura saídas que a permitam manter, ainda que parcialmente, a concessão desses três ativos.

A estratégia mais recente é tentar uma negociação extrajudicial com os ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.

"A Cemig protocolou na AGU (Advocacia-Geral da União) um pedido de câmara de conciliação, que a possibilita chamar órgãos da União", diz Luciano Ferraz, diretor jurídico da empresa.

Para a companhia, ela tem direito de manter as concessões porque a União não se manifestou ao fim dos prazos iniciais delas. Ela propõe que o governo se torne sócio dessas três usinas e de uma quarta, a de Volta Grande.

A previsão da União é retomar essas usinas, leiloá-las em setembro, e arrecadar cerca de R\$ 11 bilhões.

A empresa pediu ao Supremo uma cautelar para suspender a licitação.

"O mérito não foi julgado, e pode ser que a Cemig seja vencedora. A União não poderia vender as usinas, e a Cemig as exploraria por 20 anos sem pagar nada", diz Ferraz.

A AGU confirma que houve o pedido. Fontes do governo, no entanto, dizem que dificilmente haverá acordo.

Servidores da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia afirmam que não há disposição nenhuma em negociar.

Contratações no setor calçadista perdem força no fim do 1º semestre

O setor calçadista encerrou o primeiro semestre deste ano com 299,4 mil postos de trabalho, 0,7% a mais do que no mesmo período de 2016.

As contratações, porém, perderam força nos últimos meses: até março, essa porcentagem era de 2,7%.

"O câmbio antes estava bastante favorável e isso resultou em um bom volume de exportações no começo do ano", diz Heitor Klein, presidente da Abicalçados (que representa a indústria).

"Agora, o real se valorizou, e perdemos posições para concorrentes estrangeiros".

A situação deverá se manter estável até o fim do ano, com uma variação positiva ou negativa de até 1% no número de vagas, afirma Klein.

Algumas fabricantes, como a Usaflex, estão mais otimistas, diz Marcelo Cavalheiro, diretor da empresa.

"Fizemos cerca de 300 contratações no primeiro semestre para um turno adicional em uma das fábricas e expansões. Até o fim do ano, deverão ser pelo menos 50 pessoas para a planta que alugamos em Parobé (RS)".

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Antonio Machado**Título:** Crime sem punição

A sujeira nos desvãos da nossa encardida República faxinados pelas equipes anticorrupção revela a falta de asseio da política. Mas há sujeira ainda maior acumulada por mais de uma década de ignorância e soberba dos governantes assessorados por burocratas tais e quais.

Pouco se sabe dos malfeitos cometidos na condução das estatais e órgãos públicos não necessariamente devido a práticas corruptas. É isso que importa desvendar e informar, com fanfarras, à sociedade para a prosperidade poder voltar à economia e à mobilidade social.

Mesmo no caso emblemático da Petrobras, foco da Lava-Jato, se sabe mais dos corruptos e corruptores que sobre a organização e métodos gerenciais que levaram a petroleira mais rentável e de maior valor de mercado no mundo, pouco menos de uma década atrás, à desonrosa condição de empresa mais endividada e com maior prejuízo global.

A gestão pós-petista do executivo Pedro Parente na Petrobras já a tirou da insolvência, que só não se consumou graças à proteção do Tesouro Nacional.

Mas falta contar de modo claro como foi possível quebrar em 10 anos uma empresa monopolista, que cobra o que quiser pelos combustíveis que ela própria extrai, refina e distribui, além de bafejada pelo Pré-sal, a maior reserva de petróleo descoberta no mundo desde os anos 1960. A corrupção foi só sequela, não a causa.

A literatura e a experiência ensinam que a corrupção floresce onde campeia a desordem gerencial, os planos de negócios são toscos, não há gestão profissional, os executivos são despreparados e a média gerência passeia ao acaso. Acionistas omissos completam o círculo.

Além disso, cultura corporativa forte tende a induzir o quadro de funcionários a se fechar em si mesmo e a ver a sociedade a quem se deveria curvar com hostilidade. As relações espúrias com agentes externos nascem do objetivo de blindar seus interesses à margem de quaisquer outros, inclusive da direção e controladores, formando um teatro do absurdo em que os Cerveró, os Barusco, todos quadros de carreira da Petrobras presos na Lava-Jato, foram atores centrais.

Como raio em céu azul

Todas essas mazelas foram muito bem identificadas na Eletrobras, a outra expedra preciosa do colar de empresas estatais, conforme um balanço preliminar dos técnicos envolvidos na reconstrução do setor elétrico brasileiro. Nela, a inépcia, sob a chefia da ex-presidente Dilma Rousseff, que se via como doutora em energia, desponta como o evento muito mais poderoso e destrutivo que a corrupção.

Se não se distinguiam pelo primor das operações, Eletrobras e suas subsidiárias de transmissão e distribuição faziam o trivial, apesar de carecerem de investimentos para modernizar a rede e criar hidrelétricas e termelétricas. Até que Dilma caiu como raio em céu azul, mudando as regras por si complexas do mercado de energia, em 2003 e 2004, e ao antecipar, em 2012, o vencimento das concessões.

Mas sabem a história de que “não tem meta, mas quando atingirmos a meta vamos dobrar a meta”? Pois é. O que poderia fazer sentido foi extrapolado pelo corte unilateral da tarifa (que usou para promover sua campanha à reeleição), criando um tumulto ainda não resolvido.

Padrinhos da cosa nostra

Cabeças confusas, moídas por fetiches ideológicos e certezas mal fundamentadas, geram sequelas diretas, como o salto no precipício da Petrobras, ao ser forçada a bancar investimentos sem suporte em resultados (endividando o Tesouro, isto é, nós todos), e a violação das contas até então relativamente saudáveis do sistema elétrico.

Os corruptores vieram em seguida, vários convocados pelo governo a tocar os planos ambiciosos, desde que repartissem um naco com seus padrinhos “desenvolvimentistas” — os corruptos que fazem a festa da Lava-Jato, levando procuradores e policiais federais a se sentirem prestigiados e liberados a exigir maiores salários em pleno inverno da economia. Assim é o Estado: dá lá, toma cá. Não é mole, não.

Incompetência tem sursis

A conta dessa farra está na recessão, nas dívidas impagáveis, nos juros absurdos, nos impostos sem fim, no desemprego, nos cinco anos seguidos de deficit fiscal e que se estenderão no mínimo até 2021 e... E na perda de valor de largo espectro do sistema produtivo, em especial, das nossas maiores empresas, a Petrobras e a Eletrobras.

Ao todo, entre projetos malfeitos, investimentos adiados, custos irreais, conflito de interesse entre construtor e investidor (ambos do mesmo grupo empresarial), receitas frustradas e impostos não recolhidos, o sistema Eletrobras acumulou, em 15 anos, até 2016, uma destruição de valor ao Estado brasileiro da ordem de R\$ 228 bilhões (supondo apenas a fatia de 67% do capital nas mãos do governo).

A perda, que a gestão do executivo Wilson Ferreira tenta reaver ao menos em parte na Eletrobras, custou 4% do PIB. Os prognósticos são bons. Embora sejam coisas diferentes, dependemos mais da boa gestão da economia e das estatais para o país sair da lama que do sucesso da Lava-Jato. Afinal, incompetência não leva ninguém à prisão.

Estupidez com empáfia

O descalabro a que chegou a Eletrobras e subsidiárias, tal como a Petrobras, é outra evidência de que o Brasil S/A era (e ainda será, dependendo do que acontecer) um empreendimento próspero.

Se tivesse de dizer o que mais influiu na nossa queda, destacaria a estupidez e a empáfia de governantes imprudentes. Isso se atesta até nos grandes números da economia. O total da folha mais encargos do setor público de todos os poderes, de 2002 a 2016, cresceu 255%, 51,7% acima da inflação pelo IPCA de 134% neste período de 14 anos.

Nenhum problema, se tal fosse também o desempenho dos brasileiros sem emprego estável, além do mais importante: o nível da produção crescesse à frente. Mas não: o PIB a preços de 1995 avançou apenas 35,4% em 14 anos. E cresceu mais pelo consumo (51%) e importações (123%) que pelo investimento (32%) e exportações (51%). A isso, se dá o nome também de imperícia. Felizmente, sabemos as causas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Reestruturação da Vale prevê troca de ações

Os acionistas da Vale têm até 11 de agosto para trocar ações preferenciais por ordinárias. Isso porque a mineradora está em pleno processo de transição, promovendo uma reestruturação societária que permitirá à companhia ingressar no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), nível de governança corporativa mais elevado, com práticas adotadas pelas grandes empresas globais. Na opinião de especialistas, a mudança tem potencial de

e elevar a nota de crédito da Vale e valorizar seus papéis, que se tornarão mais atrativos a investidores estrangeiros.

Para viabilizar a operação, no entanto, pelo menos 54,09% dos acionistas precisam aderir voluntariamente à conversão até 11 de agosto. O diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, ao anunciar o resultado trimestral da companhia, garantiu que a reestruturação superou as expectativas. “Temos tido adesão em grandes números de pessoas físicas e fundos passivos. Esperamos uma conversão muito bem-sucedida. Veremos a liquidez das ações migrarem substancialmente para ações ordinárias, asfaltando o caminho para transformar a companhia na ‘corporation’ que queremos, para que possamos trabalhar sem intervenções indesejáveis por parte do poder público”, afirmou.

O funcionamento atual da governança da Vale tem controle exercido, desde a privatização, em 1997, pela Valepar, com 33,7% do capital total e 53,8% das ações ordinárias. A composição societária da Valepar é 49% do Litel Participações, dos fundos de pensão; 21,2%, do Bradespar; 11,5%, do BNDESpar; e 18,2%, da Mitsuo. Com isso, há diversos níveis de decisão, com necessidade de reuniões, prévias, e baixa influência de acionistas minoritários.

A reestruturação em curso prevê a conversão das ações preferenciais (PN), que, como o nome diz, têm preferência para receber dividendos, mas não têm direito a voto, em ordinárias (ON), com direito a voto. A troca será na razão de um papel PN para 0,9342 ON, com base em preços de mercado. A unificação das classes dos papéis resultará em uma pulverização do capital e dissolução da Valepar, que será incorporada pela Vale, com prêmio de 10%. Assim, os acionistas da Valepar se tornarão acionistas diretos da Vale. Com isso, a companhia se credencia para se adequar às regras do Novo Mercado da B3.

Quem migrar para ordinárias, uma classe de ação de maior preço, precisa estar atento à diluição de 7,4% para acionistas preferencialistas, por conta da razão da conversão ser de um para 0,9342. Contudo, há vários benefícios, como potencial valorização dos papéis, aumento da representatividade dos minoritários, simplificação dos processos decisórios e adoção de práticas internacionais de governança. Quem tem ações adquiridas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não precisa fazer nada: os ativos já são da classe ordinária.

Saiba mais

Como converter os papéis preferenciais em ordinários até 11 de agosto
Tenho papéis custodiados em corretoras de valores ou bancos

» Cada corretora ou banco tem sua forma de realizar o procedimento, que pode ser por meio do sistema homebroker, por telefone, via site ou nas agências

» Entre em contato com a sua corretora para entender o seu caso e solicitar a participação no processo de conversão voluntária

» Caso tenha posições em empréstimos de ações (empréstimo de ativos), consulte sua corretora sobre os procedimentos e regras da bolsa para conversão

» Atenção para os prazos: é importante entrar em contato com a corretora antecipadamente para garantir que a conversão esteja registrada nos sistemas da B3 até 11 de agosto

Tenho papéis custodiados no Bradesco

» Como fazer: Por procedimento eletrônico via Home Broker ou via telefone +55 11 2178 5757.

» Data-limite: 8 de agosto

» Link para o site: <https://www.bradescocorretora.com.br>

» Se as ações estão escrituradas, ou seja, não estão representadas por nenhuma corretora, compareça a uma das agências do Bradesco com formulário disponível no site, carteira de identidade e CPF, se for pessoa física; ou, se for pessoa jurídica, com original e cópia do estatuto e da ata de eleição da diretoria ou contrato social, e documentação outorgando poderes de representação

Sou detentor de ADRs (ações negociadas na bolsa de Nova York)

» Se tem ADRs preferenciais por meio de uma corretora, solicite que seu corretor faça a transferência escritural

» Se você for registrado no Citibank, entregue a carta de transferência e demais documentos e certificados ao banco

Capital será pulverizado

Especialistas ressaltam que, com a operação, a Vale se tornará uma empresa sem acionista controlador definido, o que confere mais independência à administração e ampliação de poder aos sócios minoritários. Acionista da Vale, o economista Demetrius Borel Lucindo considera a transição “sensacional”. “Como consultor financeiro, aprovo integralmente. Será uma companhia com capital pulverizado. Não vai ter sócio majoritário. Isso funciona como amortecer quedas muito grandes”, avaliou.

Segundo Lucindo, os investidores estrangeiros não gostam das empresas brasileiras, porque um sócio com 17% consegue ser controlador. “Os ativos em bolsa são dois terços de preferenciais e um terço de ordinárias, ou seja, 33,33% com direito a voto. Quem tem a maioria desse terço, com 16,7% do capital, manda e faz o que quer. Os estrangeiros gostam de empresas com capital pulverizado”, ressaltou o economista. Uma vez no Novo Mercado, a Vale deve atrair mais investidores globais e valorizar suas ações, estimou o especialista.

Para o economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini, qualquer processo de governança corporativa, que dê mais equilíbrio entre majoritários e minoritários, tem impacto positivo na avaliação de risco das empresas. “Melhores práticas de gestão financeira podem elevar a nota. Nós consideramos isso. Há inclusive um rating de governança corporativa, que as empresas utilizam para conseguir crédito com juros menores”, disse.

Resultados

Na semana passada, a Vale anunciou lucro líquido de R\$ 60 milhões no segundo trimestre de 2017, uma queda de 98,3% em relação ao mesmo período de 2016, de R\$ 3,585 bilhões. Segundo o diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores, Luciano Siani Pires, o resultado foi impactado pela desvalorização do real e seu efeito sobre a dívida da empresa.

MME / ASCOM